



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

PARECER JURÍDICO

Referência: **Projeto de Resolução nº 02/2025**

Autor: **Mesa da Câmara Municipal de Itaúna do Sul**

1. Relatório

Trata-se o presente Parecer do Projeto de Resolução nº 02/2025 de autoria da Mesa da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR, que altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovado pela Resolução 08/2009.

De acordo com a mensagem anexa ao Projeto de Resolução, a proposta visa alterar dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul (Resolução 08/2009), especialmente com relação ao horário da reunião ordinária que passará a ser às 19h00m e o protocolo dos projetos, que deverá ser feito até às 16h da quinta-feira anterior à reunião ordinária. É o relatório.

2. Fundamentação

2.1. Da técnica, iniciativa e competência legislativa

De início, insta salientar que a elaboração legislativa exige, acima de tudo, observância de procedimentos e normas redacionais específicas, requisitos que se inserem no âmbito de abrangência da “técnica legislativa”.

No contexto supracitado, observa-se que no Projeto de Resolução ora analisado, não foram detectadas grandes inconsistências de redação, não havendo, portanto, vícios quanto à técnica legislativa utilizada.

Conforme art. 109 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal, o projeto de resolução é uma modalidade de proposição (art. 110, IV) e deve ser acompanhada de justificação por escrito (art. 113), sendo que as resoluções se destinam a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativo a assuntos de economia interna da Câmara, como as arroladas no art. 46, VI (art. 116).



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Conforme art. 46, VI, são atribuições do Plenário: expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, nos casos de: a) alteração de Regimento Interno.

Quanto à iniciativa legislativa, constata-se adequada a iniciativa pela Mesa da Câmara Municipal, conforme se observa do art. 32 e 33 do Regimento Interno, inclusive quanto ao número aos proponentes (da Mesa, de umas Comissões da Câmara ou 1/3 no mínimo de Vereadores), conforme art. 244 do Regimento Interno.

2.4. Da legislação pertinente

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul (Resolução 08/2009) prevê que:

A Lei Orgânica Municipal prevê que:

Art. 24. O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

- I - na eleição da Mesa Diretora;
- II - quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da **maioria absoluta dos membros da Câmara**;
- III - quando ocorrer empate em qualquer votação no plenário.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna prescreve que:

Art. 42. O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

- I - na eleição da Mesa Diretora;
- II - quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;
- III - quando ocorrer empate em qualquer votação no plenário.

Parágrafo Único. O Presidente da Câmara fica impedido de votar nos processos em que for interessado, tanto como denunciante quanto denunciado.

Art. 46. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes: (...)

VI – expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente, quanto aos seguintes:

- a) alteração do Regimento Interno; (...)



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Art. 176. Terão uma única discussão, as seguintes matérias: (...)

VI – os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza; (...)

Art. 244. Este Regimento Interno, somente, poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Edilidade, mediante proposta:

I – de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II – da Mesa;

III – de uma das Comissões da Câmara.

Quanto aos artigos alterados, tratam-se de questões administrativas da Câmara Municipal, como o horário da reunião, divulgação da pauta da ordem do dia, protocolo dos projetos e possibilidade de limitação de matérias nas reuniões em que ocorrem a primeira votação dos projetos de leis orçamentárias.

2.5. Do procedimento

Cumprе esclarecer que a emissão deste parecer jurídico não substitui, de forma alguma, o parecer das Comissões especializadas, eis que estas são compostas por representantes do povo. Sendo assim, a opinião jurídica exarada no Parecer em tela não possui força vinculante, podendo os seus fundamentos serem ou não utilizados pelos membros desta Casa de Leis, sendo este apenas um Parecer meramente opinativo e que não possui caráter vinculativo.

Nesse sentido, o projeto de lei deve ser submetido às comissões permanentes atinentes à sua matéria, no caso a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, na forma do art. 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme art. 176, VI, do Regimento Interno, os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza terão apenas uma única discussão.

Este tipo de projeto por ser alteração do Regimento Interno, deve ter aprovação da maioria absoluta, razão pela qual o Presidente da Câmara também precisa votar, conforme art. 244 do Regimento Interno.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

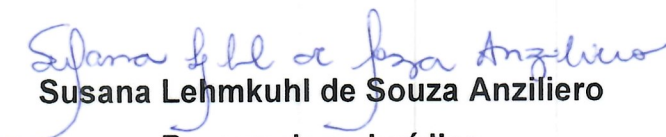
3. Parecer

Feitas as considerações legais acima de cunho estritamente jurídico, opina pela legalidade do Projeto de Resolução em questão, ressaltando-se que a emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não vincula as Comissões, o plenário da Casa de Leis ou o julgamento a ser realizado pelos egrégios vereadores, eis que possui caráter meramente opinativo.

É o parecer.

Sala da Assessoria Jurídica.

Itaúna do Sul - PR, 09 de junho de 2025.


Susana Lehmkuhl de Souza Anzilio
Procuradora Jurídica
OAB-PR nº 40167